

**POLPAR S.A.**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71**  
**NIRE 35 3 0012252 6**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Proposta da Administração da **POLPAR S.A.** ("Companhia"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2018, às 11:45 horas ("AGO").

ÍNDICE

<b>1. Matérias a serem aprovadas na Assembleia</b>	<b>02</b>
<b>2. <u>Anexo I</u>: Item 10 do Formulário de Referência (Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)</b>	<b>03</b>
<b>3. <u>Anexo II</u>: Proposta da Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II – Instrução CVM 481/09)</b>	<b>10</b>
<b>4. <u>Anexo III</u>: Proposta de Remuneração dos Administradores</b>	<b>13</b>

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a Proposta da Administração ("Proposta") da Companhia acerca das matérias a seguir constantes da ordem do dia da AGO:

1. Apreciação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017.
2. Apreciação e votação de proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício de 2017.
3. Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia.

A Companhia esclarece que, nos termos da Instrução CVM nº 594, de 20 de dezembro de 2017 ("IN CVM 594"), as normas do voto à distância previstas na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("IN CVM 481"), conforme alterada, não se aplicam à Companhia.

O parágrafo 2º do art.1º da IN CVM nº 594, que alterou artigos da IN CVM 481, determina que "o disposto nesta Instrução não se aplica às companhias abertas que não possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da companhia e daquelas mantidas em tesouraria."

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, não será disponibilizado boletim de voto à distância a seus acionistas.

## ANEXO I

### PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.**

#### **10 Comentários dos Diretores**

**10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.**

##### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento.

Nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 545 mil, R\$ 1.461 mil e R\$ 507 mil.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1."b" abaixo.

##### **b) Estrutura de capital**

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 19.870 mil, um acréscimo de 26,36%, ou R\$ 4.145 mil, em relação a 31 de dezembro de 2016, e um acréscimo de 4,09%, ou R\$ 780 mil, em relação a 31 de dezembro de 2015. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos ao valor justo de mercado, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Não existe previsão de resgate de ações no curto ou médio prazos.

##### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando que o endividamento da Companhia é decorrente de operações com partes relacionadas, e não representam exigibilidade com elevado desembolso de recursos, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos, além de aportes de acionistas para necessidades eventuais. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

**f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia**

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia não possui financiamentos contratados

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Aos detentores das ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; dividendo por ação preferencial de 10% superior ao das ações ordinárias; participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento e todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o direito a voto e conversão em ação ordinária.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da Suzano Papel e Celulose S.A. (“SPC”) para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da SPC em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 643.450 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 643.450 ações ordinárias de emissão da SPC.

**Receita de dividendos:**-recebimento de dividendos no exercício de 2017, no montante de R\$ 577 mil, no exercício de 2016, no montante de R\$ 587 mil e no exercício de 2015, no montante de R\$ 454 mil.

**Ativos financeiros disponíveis para venda:**-investimentos marcados ao valor justo de mercado com saldo de R\$ 22.665 mil em 31 de dezembro de 2017, R\$ 17.222 mil em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 22.636 mil em 31 de dezembro de 2015.

## 10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2017 a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 545 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 1.461 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A., no valor de R\$ 577 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 185 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 194 mil.

No exercício de 2016 a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 507 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 507 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A., no valor de R\$ 587, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 260 mil, e o resultado de outras receitas operacionais, no valor de R\$ 946 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 167 mil.

No exercício de 2015 a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 507 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 253 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A., no valor de R\$ 454, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 254 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 244 mil.

	Exercício findo em		
	2017	2016	2015
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	577	587	454
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(194)	779	(244)
Resultado financeiro, líquido	185	260	254
Imposto de renda e contribuição social corrente	(22)	(162)	(119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1)	(3)	162
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>545</b>	<b>1.461</b>	<b>507</b>

Abertura dos dividendos e juros sobre capital próprio por companhia	Exercício findo em				
	2017		2016	2015	
	Div	JSCP	Div	Div	JSCP
Suzano Holding S.A.	208	26	183	157	133
Suzano Papel e Celulose S.A.	225	118	404	164	-
	433	144	587	321	133

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

NÃO APLICÁVEL.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

NÃO APLICÁVEL.

### 10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

NÃO APLICÁVEL. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

NÃO APLICÁVEL. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Aos detentores das ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; dividendo por ação preferencial de 10% superior ao das ações ordinárias; participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento e todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o direito a voto e conversão em ação ordinária.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da Suzano Papel e Celulose S.A. (“SPC”) para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da SPC em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 643.450 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 643.450 ações ordinárias de emissão da SPC.

#### 10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

##### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Foram emitidas e aprovadas novas normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos reflexos na adoção das referidas normas, quando de sua vigência.

##### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

##### c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

#### 10.5. Comentários dos diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

##### a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser

mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**10.6. Comentários dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

a) Como os itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

NÃO APLICÁVEL.

b) Natureza e o propósito da operação

NÃO APLICÁVEL.



c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

NÃO APLICÁVEL.

**10.8. Descrição dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## ANEXO II

**PARA FINS DO ARTIGO 9º, § ÚNICO, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.**

### **ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2017**

- 1 – Lucro líquido do exercício: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 544.676,24 (quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos).
- 2 – Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Dividendos propostos		
Ações Ordinárias	1,66	57
Ações Preferenciais	1,83	73
		130

- 3 – Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76: O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- 4 – Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:  
Não aplicável
- 5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:
  - a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio: Os dividendos propostos estão demonstrados no item 2.
  - b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Os dividendos propostos demonstrados no item 2 terão o prazo de pagamento determinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2018, com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação, ou seja, 30 de abril de 2018.

- c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Os dividendos propostos demonstrados no item 2, serão pagos com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2018, com pagamento a ser definido na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação, ou seja, 30 de abril de 2018.

6 – Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: A Companhia não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio com base em períodos semestrais ou em períodos menores do exercício.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados: Não aplicável.

b) Informar as datas dos respectivos pagamentos: Não aplicável.

7 – Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2017	2016	2015
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	7,35	19,74	6,85
Preferencial	8,09	-	-

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores:

	2017	2016	2015
Dividendos distribuídos por ação (R\$):			
Ação ordinária	1,66	1,30	-
Ação preferencial	1,83	-	-
JSCP distribuídos por ação (bruto):			
Ação ordinária (R\$)	-	4,00	3,00

8 – Havendo destinação de lucros à Reserva Legal

a) Montante destinado à Reserva Legal: R\$ 27.233,81

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.

9 – Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: Não aplicável.

10 – Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes.

Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: A data de pagamento dos dividendos propostos será determinada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2018.

c) Informar o montante eventualmente retido: **Não aplicável.**

11 – Retenção de dividendo obrigatório: **Não aplicável.**

12 – Destinação de resultado para reserva de contingências: **Não aplicável.**

13 – Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: **Não aplicável.**

14 – Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas: O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, Parágrafo Único, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

b) Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:

Reserva para Futuro Aumento de Capital - R\$ 349.166,19.

Reserva Estatutária Especial - R\$ 38.796,24.

c) Cálculo do montante das reservas estatutárias:

	<u>(R\$ mil)</u>
Lucro líquido do exercício	545
Reserva legal - 5%	(27)
Dividendos propostos	<u>(130)</u>
lucro após reserva legal e dividendos	388
Reservas estatutárias:	
- Reserva para futuro aumento de capital - 90%	(349)
- Reserva estatutária Especial - 10%	(39)

15 – Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: **Não aplicável.**

16 – Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: **Não aplicável.**

### **ANEXO III**

**PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA NSTRUÇÃO CVM nº 481/09**

#### **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

A Companhia não pagará qualquer remuneração aos administradores da Companhia, uma vez que sua remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Diretoria e/ou o Conselho de Administração.